

# A territorialidade e a resistência: subscrição de um conceito

*Edir Augusto Dias Pereira*

✉ edirgeo@gmail.com

## Resumo

O conceito de territorialidade em geografia tem apresentado algumas flutuações e derivas. Em geral é um conceito subscrito pelo conceito de território e no seu lastro tem adquirido certa expressividade. O objetivo deste ensaio teórico é apresentar alguns descritores espaciais mínimos intensivos da inoperosidade do conceito. A partir de referenciais da teoria geográfica e de outras leituras destacamos o exercício espacial do poder, a identidade/diferença socioespacial, a multiplicidade de escalas geográficas, os conflitos, o movimento/i-mobilidade, a i-materialidade, a des-continuidade e a resistência/r-existência como componentes fundamentais do conceito de territorialidade numa perspectiva relacional. Detemo-nos principalmente na resistência/r-existência como catalisador analítico da territorialidade, inseparável do exercício espacial da colonialidade do poder, em sua multiplicidade de expressões e ressonâncias no mundo moderno-colonial.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** Territorialidade, Território, Resistência, R-Existência Colonialidade.

## Introdução

Não existe conceito simples (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Territorialidade e resistência certamente não o são. Não apenas pela polissemia<sup>1</sup> de significados e usos, muitas vezes discordantes e divergentes. Mas, também, pelo modo como atravessam campos distintos de produção discursiva e normativa. São conceitos, por isso mesmo, igualmente contestados e disputados. Pois, não são somente abstrações inócuas, e sim termos que buscam designar e apreender práticas, ações, fenômenos, relações, processos, experiências sociais etc. com fortes e diversas tonalidades políticas.

Em Geografia, territorialidade, em particular, é um conceito problematicamente subscrito. Em Geografia são muitos os autores que subscrevem o conceito de territorialidade de maneira diversa. Em geral, territorialidade aparece vinculado ao conceito de território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004), muitas vezes como sinônimo deste, como derivado e/ou subordinado ao mesmo, outras vezes precedendo-o ontológica e logicamente e até mesmo como distinto deste. Mas, a maneira de distingui-los também varia pelo modo de definir território e a este relacioná-lo. O conceito de territorialidade, em geografia, é subscrito como relacionado de várias formas ao conceito de território<sup>2</sup>. Na Geografia, portanto, o conceito de territorialidade pode assumir vários contornos, conteúdos, expressões, sentidos, estilos, moldes e modulações teórico-analíticas. Demonstrando ser um conceito flexível, híbrido e ambíguo fartamente usado e abusado e, não de raro, esvaziado de sua potência política descritiva, explicativa e interpretativa (SOUZA, 2013).

O enlace dos conceitos de território e territorialidade com o conceito de resistência tem também apresentados nuances, matizes, derivas e ressonâncias diversas em Geografia. Mas, os trabalhos mais recentes de análise territorial geográfica têm dado bastante ênfase a resistência como componente, dimensão,

1 A polissemia não é o problema do conceito de territorialidade, pois “a polissemia enquanto tal organiza-se no horizonte implícito de uma retomada unitária do sentido, até mesmo de uma dialética” (DERRIDA, 2001, p. 51-52), a qual permite voltar a reunir em um termo/conceito a totalidade de seu sentido, anulando o deslocamento aberto e produtivo da cadeia conceitual.

2 A maioria dos geógrafos define território (e territorialidade) privilegiando ou dando primazia a uma “dimensão”, segundo Haesbaert (2004), seja esta a política, a econômica, a ecológica ou a simbólico-cultural, e enfatizando seu caráter mais ou menos imaterial (relacional) ou material (concreto). Outros buscam uma “perspectiva integradora”, que visa estabelecer uma correlação entre as diversas “dimensões”, dando ênfase a uma ou outra de acordo com o contexto e os problemas abordados (HAESBAERT, 2004). Mas, dimensionar se torna muito mais uma forma de dividir e reunir o dividido.

atributo, catalisador ou vetor central da constituição de territórios e territorialidades (AGNEW; OSLENDER, 2010; OSLENDER, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006) no mundo moderno-colonial contemporâneo. Com todos os seus deslizamentos de sentidos, suas flutuações de significados e derivas semânticas inerentes ao tratamento da resistência (MATTEUCCI, 2000; ROQUE, 2002) esta parece ter se tornado uma brecha, uma via, uma passagem indispensável à definição e análise da territorialidade dos mais diversos sujeitos sociais em disputas, conflitos e tensões socioespaciais.

Este ensaio teórico pretende bordejar e abordar a questão da subscrição dos conceitos de territorialidade e resistência em Geografia. Não apenas no sentido de resenhar textos e autores, rasurar e suturar definições e abordagens, que manuseiam na Geografia estes conceitos em diálogo ou articuladamente. Há, penso, uma abertura necessária a conceitos cujo trânsito no campo das discussões políticas em Geografia é frequente e fremente. A elucidação das ligações entre territorialidade e resistência para análise geográfica é crucial para as problemáticas geopolíticas atuais, inclusive da “geopolítica do conhecimento” (DUSSEL, 2010; MIGNOLO, 2003; MALDONADO-TORRES, 2008). O texto, portanto, subscreve as possibilidades de construção do conceito de territorialidade a partir do catalisador da resistência/r-existência. Não em busca de impor um sentido único ao conceito, mas de demarcar a “potência de não” do conceito, a “inoperosidade” (AGAMBEN, 2017) que o anima e sustenta na análise do exercício espacial do poder nas tramas da “colonialidade global” (QUIJANO, 2002).

### Territorialidade: descritores espaciais mínimos intensivos

Tal como o conceito de território, ao qual não pode ser subtraído, o conceito de territorialidade busca descrever o exercício espacial do poder, considerando alguns descritores espaciais elencados, mobilizados e articulados de várias formas: a construção da identidade/diferença socioespacial, a i-materialidade, a *des-articulação*<sup>3</sup> de escalas geográficas, a des-continuidade espaço-temporal, o movimento/i-mobilidade, a conflitividade e as lutas/formas de resistência e r-existência territoriais, entre outros.

Os sujeitos sociais se territorializam e/ou são des-re-territorializados (RAFFESTIN, 1993) de diferentes maneiras, constituindo territórios e

3 Haesbaert (2010, p. 136), ao se referir à região, propõe grafar “*des-articulação*, com hífen, para destacar o caráter concomitante de estruturação e desestruturação” de “espaços ao mesmo tempo conectados, coesos e desconectados, disjuntos”. A des-articulação se dá por “dinâmicas de continuidade e descontinuidade espacial”, quanto à “relação entre múltiplas dimensões do espaço” e como “articulação escalar”, “muito mais imbricada e múltipla do que no passado” (HAESBAERT, 2010, p. 137; 152).

territorialidades de diferente natureza e escala. A territorialidade, como constitutiva do *exercício espacial do poder*, não apenas expressa as diferenças socioculturais e espaço-temporais moderno-coloniais/imperiais (MIGNOLO, 2010). O que está em jogo no conceito de territorialidade é a diferença em sua intrínseca inscrição espacial. A territorialidade é o espaço das diferenças<sup>4</sup>. A territorialidade é a condição, o meio, o modo, a expressão e projeção espacial das diferenças dos sujeitos. Por isso tão insistentemente se coloca na discussão da territorialidade a questão da identidade dos sujeitos sociais<sup>5</sup>. Já que não existe identidade sem diferença e fora das relações de poder (HALL, 2003). A territorialidade incorpora, projeta e constitui as diferenças nas quais se estabelecem as “políticas de identidade” e “a identidade em política” (MIGNOLO, 2008).

A territorialidade também se presta ou se deixa facilmente capturar pela lógica disjuntiva da materialidade e da imaterialidade das relações socioespaciais (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2009; 2010). A territorialidade conjuga ou conjura o que se *dimensiona*<sup>6</sup> como material e imaterial. Materialidade e imaterialidade não são dimensões da territorialidade, pois toda territorialidade é relacional. A perspectiva relacional do território e da territorialidade (SOUZA, 1995) desborda os limites e distinção/articulação do material e imaterial. Mas, nestes *limites* também se mostra a potência e “inoperosidade” (AGAMBEN, 2017) da territorialidade: a impossibilidade de conformá-la ao jogo binário de dis-junção. A territorialidade joga muito mais com conexões complexas, incertas, deslizantes entre *possibilidades e virtualidades* das relações que constituem o exercício espacial do poder por sujeitos determinados. O que existe é um encadeamento dos “elementos” imateriais do conceito, o que faz com que cada “elemento” constitua-se a partir do rastro, que existe nele, dos outros elementos da cadeia (DERRIDA, 2001, p. 32).

Como um “componente” básico do poder (SACK, 1986), a territorialidade é muito mais uma *trama diferencial* de estratégias, táticas, estilos, ritmos, práticas cotidianas socioespaciais. A territorialidade sempre se constitui ou implica

4 A territorialidade é uma *trama diferencial* que rompe com a estrutura dual: poder/resistência, identidade/diferença, contínuo/descontínuo, material/imaterial, funcional/simbólico, dominação/apropriação, zonal/reticular, movimento/imobilidade etc.

5 Em territorialidade deveríamos falar mais em diferenciação/identificação espacial do que em identidade, porque de fato trata-se muito mais da diferenciação socioespacial. A territorialidade con-forma a identidade dos sujeitos, como também, continuamente, a desloca, abala, fratura, rasura, afrouxa os laços de sua própria coesão. Trata-se de um processo contínuo de ex-propriação, uma propriedade [atributo] que jamais se perde e se reapropria (DUQUE-ESTRADA, 2008).

6 A territorialidade não pode derivar da concepção *dimensionalista* de território. Não se trata de privilegiar uma ou outra dimensão, de acordo com nossos “recortes disciplinares” ou em função das problemáticas. Manter a lógica das *dimensões* redundará sempre em dicotomias ou binarismos.

*estratégias territoriais* (SACK, 1986) de diferentes sujeitos, desigualmente posicionados nas relações de poder, agentes que coexistem e interagem cooperativa e conflitivamente. Como esta conjunção de *estratégias territoriais* (muito mais que conjunto) a territorialidade não apenas re-presenta modos distintos de territorialização (diferença de grau), mas também diferentes territórios (diferença de natureza) (DELEUZE, 2012). A estratégias territoriais não podem ser lidas apenas como ações racionais de controle/dominação e/ou ações simbólicas de apropriação/valorização do espaço (ou dos recursos, trunfos e atributos territoriais). A territorialidade envolve tanto uma política quanto uma *poética do espaço*. Na territorialidade também atuam as forças políticas e poéticas existenciais da expressividade e sensibilidade humana, mesmo em sua expressão mais funcional/instrumental.

A territorialidade muitas vezes não passa de uma possibilidade e virtualidade, ou seja, de uma *tentativa* de construção do território. Essa tentativa pode resultar ou não eficaz, pode produzir ou não o território ou os *efeitos territoriais* (SACK, 1986) desejados/esperados. A maioria das pessoas vivencia a territorialidade como uma ação incerta, imprevisível, sem garantias. Mesmo os agentes sociais dominantes que, na maioria das vezes estabelecem suas territorialidades com fins de controle, dominação e sujeição de “outros” pelo/no espaço e dos espaços dos outros, através de estratégias de larga escala, também empreendem ações que são tentativas de afirmar, legitimar, impor suas formas de territorialidades. Mas, de um modo ou outro, eles não podem determinar e controlar todas as circunstâncias e consequências, influenciar todas as situações e todo tempo afetar pessoas, coisas, fenômenos e relações de modo eficaz, previsto e esperado. Além do mais, não há apenas uma lógica na ação territorial dos sujeitos (HAESBAERT, 2014), as fronteiras entre ação racional e ação emocional sempre são opacas. A territorialidade envolve sempre uma *trama diferencial* de ações territoriais que são tentativas engendradas, comandadas, movidas e empreendidas por lógicas, forças, sensibilidades e imaginários diversos. Mesmo a territorialidade mais instrumental tem algo de simbólico (HAESBAERT, 2014), de emotivo, de i-lógico e imaginário. A territorialidade participa também de uma economia simbólica do poder (BOURDIEU, 1998), é animada por forças eróticas, utópicas e poéticas.

A vinculação mais direta e insistente da territorialidade com a identidade, com a chamada apropriação simbólico-cultural do espaço, é o que mais vigora (HAESBAERT, 2004). A territorialidade se subscreve enquanto identidade sociocultural espacialmente referida. A territorialidade configurar-se-ia por este operador espacial identitário dos sujeitos em relação ao(s) seu(s) território(s). Em relação ao território, a territorialidade parece especificar e destacar este

componente, esta dimensão, este atributo, esta dobra ou vetor da identidade enquanto identidade territorial. A apropriação simbólico-cultural do espaço seria *própria* da territorialidade enquanto relação (HAESBAET, 2007). Por isso, o *próprio*<sup>7</sup> da territorialidade parece ser o modo como os sujeitos constituem espacialmente suas identidades, uma *política de identidade* e uma *identidade em política* (MIGNOLO, 2010). A territorialidade seria uma relação vinculante: apropriamo-nos dos lugares, recursos, trunfos e atributos territoriais criando laços de pertencimento ao território (s) e entre “nós” através do território. A territorialidade recoloca e recolhe, neste sentido mais restrito, a pertença territorial com mais força e com outros sentidos, existenciais, políticos e epistêmicos, não necessariamente subjetivista e essencialista. Pois, apropriar-se simbólica e culturalmente de lugares é parte constitutiva do exercício espacial do poder, do saber e do ser, o que se dá sempre em assimetrias de forças.

A territorialidade colocaria em evidência justamente o atributo i-material do poder. Nas sociedades contemporâneas moderno-coloniais capitalistas é compreensível este relevo apropriativo, porque é mais negado e solapado pela *racionalidade instrumental* que comanda as estratégias territoriais dominantes, através de processos de expropriação, exploração, dominação, normalização, sujeição social moderno-colonial capitalista, patriarcal, racial, norteurocêntrica. A modernidade colonial/imperial, através da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza ampliou em escala global, aprofundou em todos os níveis das relações sociais, as modalidades de territorialização (des-re-territorialização) predominantemente instrumentais. Por isso, quando nos detemos na territorialidade de sujeitos sociais subalternizados e/ou hegemonzados diversos sobressai suas tentativas de manter ou criar vínculos afetivos e efetivos com os territórios, pois a maioria está sujeita, ou cada vez mais vulnerável, a processos violentos expropriativos des-reterritorializadores e de “precarização” territorial (HAESBAERT, 2004). A ordem e a lógica territorial da modernidade/colonialidade impõem as formas de territorialidades funcionais e precárias, as quais tendem a negar e destruir a pluralidade territorial do mundo. Portanto, é compreensível que o conceito de territorialidade ponha ênfase ao atributo da territorialidade que as dinâmicas territoriais dominantes negam ou tendem a suprimir.

7 Busca-se recorrentemente definir territorialidade, em relação ao território, pelo que lhe seria próprio, um traço, um componente, uma dimensão, uma lógica etc. Ao que concretamente se refere a territorialidade, em seu enlace necessário com o território, talvez, não seja uma *propriedade* determinada, decidível, identificável, precisa e/ou única e unívoca.

### **A resistência como catalisador do conceito de territorialidade**

A territorialidade certamente tem a ver com o poder, e não apenas em seu espectro mais simbólico. E o poder é inseparável da resistência (FOUCAULT, 1995). A resistência, por sua vez, à colonialidade do poder, se apresenta acima de tudo como r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006), quer dizer, tentativas de descolonialidade (MIGNOLO, 2010; CASTRO-GÓMES; GROSFUGUEL, 2007; GROSFUGUEL; MIGNOLO, 2008). A territorialidade não existe sem conflitos, tensões, disputas, lutas, negociações, ameaças, riscos, contradições, insurgências. Há sempre um nível ou marca de conflitividade em cada forma de territorialidade constituída (PORTO-GONÇALVES, 2006). Atualmente, as lutas e formas de resistência e r-existências descoloniais são cada vez mais territoriais. Por isso, muitas formas de territorialidade atuais são condição e expressão de lutas/formas de resistência/r-existência descolonial, em diversas escalas geográficas, diferencialmente des-articuladas em múltiplas hierarquias.

A territorialidade, em função da ampliação das arenas de luta, das escalas dos conflitos, se relaciona e define pela resistência/r-existência. As territorialidades hegemônicas (moderno-coloniais/imperiais, capitalistas, patriarcais, raciais, ocidentais e norteurocêntricas) implicam sempre resistência e territorialidades de resistência, em relação as quais se opõem, sobrepõem e se impõem. As diversas formas de resistência territorial modificam ou limitam as territorialidades funcionais, instrumentais, de controle, dominação, sujeição, exploração, espoliação, ou melhor, as estratégias territoriais dos agentes hegemônicos do Estado, da sociedade, das grandes instituições e empresas. Não podemos definir e compreender as territorialidades sem as resistências e r-existências que as entretecem nas sociedades moderno-coloniais capitalistas. Mas a resistência mantém com as “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2004) distintas e complexas relações: as territorialidades subalternizadas são, ao mesmo tempo, produto e condição, expressão e resultados, meio e modos, projeção e vetores, possibilidades e devir da resistência/r-existência.

Pensar a territorialidade nas sociedades moderno-coloniais contemporâneas é pensar os conflitos e as resistências socioespaciais que ensejam, a partir da diferença/identidade, da imobilidade/movimento, das des-articulação de múltiplas escalas, da des-continuidade espaço-temporais, das relações/expressões i-materiais. A resistência/r-existência deixa de ser mais um atributo do conceito de territorialidade, assumindo certa centralidade epistêmica, política, cultural, social, existencial, poética, geohistórica. As lutas descoloniais, de certo modo e até in-certo ponto, exigem pensar a territorialidade a partir da resistência. Não apenas como resposta as estratégias territoriais de exploração, dominação e sujeição capitalista,

patriarcal, moderno-colonial/imperial, mas como desprendimento (r-existência) em relação à lógica territorial da colonialidade e à retórica da modernidade e seus projetos globais (MIGNOLO, 2010).

No mundo contemporâneo, a diversidade de experiências e modos de construir territorialidades são constantemente confrontados e ameaçados por processo de homogeneização, fragmentação e precarização contínuos, insidiosos, sistêmicos e globais. A pluralidade de experiências territoriais ou de territorialidades é continuamente ameaçada, de várias formas contestada, deslegitimada e, por vezes incontáveis, apagada e negada. Muitas pessoas, em particular sujeitos sociais subalternizados, só podem viver suas territorialidades na/pela resistência, como r-existência, seja como resposta, enfrentamento ou alternativa<sup>8</sup> a processos e estratégias territoriais des-re-territorializadores violentos. Estas múltiplas territorialidades, cada vez mais baseadas na des-articulação (HAESBAERT, 2010) de lugares (muitas vezes distantes e diferentes, descontínuos), ritmos, estilos, recursos, trunfos e atributos territoriais, são antes de tudo condição e expressão de “formas-de-vida” que r-existem pela inoperosidade ou pela “potência de não” (AGAMBEN, 2017) da territorialidade.

A resistência, enquanto r-existência, não é apenas mais um componente da territorialidade. Esta permite um movimento de descolonização do conceito (ou seja, de deslocamento de sua subscrição moderno-colonial norteocêntrica), pois expõe a face espacial apagada da modernidade: o exercício espacial da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Na resistência/r-existência convergem e ganham espessura todos as demais dobras que constituem os descritores espaciais mínimos intensivos (PEREIRA, 2014) do conceito de territorialidade. Todas as relações heterárquicas moderno-coloniais de controle, dominação, exploração, sujeição, etc. e as estratégias territoriais globais que as promovem se mostram em sua inerente colonialidade, através das diferenças espaço-temporais moderno-coloniais/imperiais das territorialidades em conflito e/ou sobreposição. As lutas territoriais descoloniais deslocam e ressignificam o conceito de territorialidade e resistência por fazerem visível a colonialidade do espaço geográfico, das relações socioespaciais, do exercício espacial do poder no sistema-mundo moderno-colonial/imperial.

Se compreendemos a territorialidade geográfica de modo relacional, seja como a condição genérica para existência de um território, seja como uma propriedade de territórios efetivamente construídos e vividos (HAESBAERT, 2014),

8 “La perseverancia de las comunidades y movimientos de base étnico-territoriales involucran resistencia, oposición, defensa, y afirmación, pero con frecuencia puede ser descrita de forma más radical como *ontológica*” (ESCOBAR, 2014, p. 76).

a expressão mais definidora e determinante das relações territoriais que a constituem passam/advém da resistência/r-existência. O movimento ou i-mobilidade territorial no/através do qual se constituem territorialidades (ou se as destituem) é redefinido pela resistência/r-existência territorial: resistir é tanto (se) mover quanto (se) imobilizar (ROQUE, 2002) espacialmente. Todos os circuitos de movimentos e todos os regimes de mobilidades territoriais (PEREIRA, 2014) contemporâneos se ressignificam com a resistência/r-existência. A des-continuidade espaço-temporal, que configura territorialidades sobrepostas (SOUZA, 1995; AGNEW; OSLENDER, 2010) e multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004; 2014) se redesenham com a resistência/r-existência territorial descolonial. Assim como as identidades/diferenças, a des-articulação de escalas geográficas e a i-materialidade como componentes básicos da territorialidade são reconfiguradas e ressignificadas pelo vetor territorial da resistência/r-existência.

### **Territorialidade: trânsitos, transes, tensões e transições**

Mas em que sentido as resistências/r-existências produzem novas/outras territorialidades? Em que sentido são inseparáveis do exercício espacial da colonialidade do poder? De que modo se relacionam com a des-continuidade, multiescalaridade, i-mobilidade, i-materialidade, conflitividade, identidade/diferenças territoriais? Em cada contexto, cada componente (dobra) da territorialidade ganha especificidade, densidade e expressão, a partir do modo como se estabelecem as lutas/formas cotidianas de resistência/r-existência territorial. A territorialidade é atravessada por constantes tensões, se mantém em trânsito, produz transes e constitui transições.

As relações que tecem as territorialidades não são apenas múltiplas e diversas, incertas, contraditórias e ambíguas, são principalmente redesenhadas pela resistência como componente inseparável das relações de poder, em razão da politização das identidades/diferenças socioespaciais. Há um exercício espacial da colonialidade do poder a nível global (QUIJANO, 2002). As estratégias territoriais moderno-coloniais/imperiais envolvem a escala do mundo. As territorialidades dos agentes dominantes (da economia, da política, da cultural) configuram “projetos globais” nos cruzamentos de “histórias locais” (MIGNOLO, 2003). A territorialidade não apenas muda de figura e sentido em função da multiterritorialidade em que tende a se constituir pelo controle do movimento, do fluxo, da circulação realizado por alguns agentes privilegiados. A territorialidade se mostra, se constitui de forma cada vez mais complexa porque as lutas e formas de resistência/r-existência descoloniais redesenham as “ontologias políticas” dos territórios (BALSER, 2008; ESCOBAR, 2014). Os conflitos territoriais são conflitos ontológicos.

A questão não é, necessariamente, como determinadas territorialidades se constituem no/pelo movimento; nem como as territorialidades se constituem em referência a múltiplos territórios, em redes territoriais e/ou territórios-rede. A questão territorial central é muito mais geopolítica, inclusive de ontologia política, de geopolítica e corpopolítica do conhecimento. Muitas formas de territorialidade estão ameaçadas de desaparecer, são subjugadas, deslegitimadas e suprimidas por processos dominantes de des-re-territorialização moderno-coloniais capitalistas em escalas diversas. A territorialidade nos ajuda a entender a conflitividade que a enlaça na resistência/r-existência, que a problematiza, assegura, desestabiliza e descoloniza.

Não são apenas lógicas territoriais em confronto, são projetos, concepções de mundo, mundos; não são apenas territorialidades contrapostas em disputas, mas territorialidades alternativas, insurgentes e emergentes. São sensibilidades, imaginários, racionalidades, sentidos, estilos, formas-de-vida que a resistência/r-existência põe no cerne de um conceito que inicialmente a ciência transpôs ao “comportamento” instintivo de animais (SACK, 1986; HAESBAERT, 2004), a partir do que é inerente as ações históricas, sociais, culturais, políticas ocidentais moderno-coloniais capitalista (elevadas a condição de comportamento humano). E, em seguida, se transpôs novamente para o domínio humano tal conceito, “naturalizando-se” as relações territoriais geohistóricas, sociais, culturais, políticas dominantes na sociedade moderno-colonial. As formas e lógicas mais instrumentais/funcionais de territorialidade capitalistas, estatais, religiosas e patriarcais são as formas mais irracionais ou i-lógicas, porque tendem a reduzir a pluralidade de experiências territoriais do mundo. Por isso, a resistência também implica a radical descolonização dos conceitos de território e territorialidade, pois esta deixa ver a i-lógica, o não-sentido, a violência que sustentam as formas dominantes de territorialidade e a geopolítica/corpopolítica implicada na colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

O conceito de territorialidade se enfraquece e esvazia quando tido como mais abstrato que território, pois permanece ainda submetido ao jogo binário. Evidentemente que territorialidade remete a graus e natureza diversas de abstrações<sup>9</sup> e concretudes socioespaciais, mais especificamente aos trânsitos, transes

9 Por isso a territorialidade “[...] não é apenas ‘algo abstrato’, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma *dimensão imaterial*, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma *estratégia político-cultural*, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007, p. 25, grifos nossos). Poderíamos dizer que esta “dimensão imaterial” é muito mais a forma pela qual as estratégias e táticas (político-culturais) e os sentidos/e não-sentidos de pertencimento territorial dos sujeitos se enlaçam (em dobras, des-re-

e transições entre abstrações que remetem à concretudes e concretudes territoriais que remetem à abstrações (teóricas, culturais, políticas), das quais ambas são como sínteses uma das outras.

O vetor expressivo do conceito não pode ser a dimensão imaterial, mas a diferença, a trama diferencial em que se constitui. A diferença é o que excede e supera o sistema binário ou a alternativa/alternância (o enlace dialético) entre abstrato e concreto. Sua definição como uma forma de abstração é consequência de seu caráter radicalmente relacional, pois a territorialidade se estabelece como relações de determinados atores com as dobras da “exterioridade” e da “alteridade”<sup>10</sup> socioespacial, muitas vezes como uma “estrutura oculta e dissimulada do cotidiano” (RAFFESTIN, 2012, p. 130). A diferença é constitutiva de toda territorialização e de todo território – des-re-territorializar é diferir –, pois a assimetria das relações de poder, em seu exercer-se e exceder-se espacialmente, produz territorialidades incomensuráveis, geohistórica e culturalmente heterogêneas e heterárquicas. A territorialidade é modo como os sujeitos sociais constroem, projetam, promovem suas diferenças espacialmente em um jogo de forças complexo, aberto e indecível.

### A abertura da Territorialidade

A territorialidade não é um estado fixo e determinado, bem delimitado e definido, o simples resultado ou produto do exercício espacial do poder/resistência. A territorialidade é, fundamentalmente, processo, movimento, experiência, dinâmica, relação. Não é um objeto, mas geralmente envolve projetos ou projeções, trajetos e encruzilhada de trajetórias. A territorialidade está sempre em curso, em andamento, em feitura, sempre a fazer-se, como o próprio espaço geográfico (MASSEY, 2012).

Quando interpretamos a territorialidade unicamente como recortes e segmentos espaciais imóveis, criamos uma imagem espacial sem movimento, um instantâneo seletivo das experiências e dos processos instáveis e inconclusos,

dobras diversas) e, por isso, envolve uma *ontologia política* do território.

10 Raffestin (2010) define territorialidade a partir da relação humana material e imaterial desenvolvida de forma mediada com a exterioridade e a alteridade pelo ator no território. Assim, a territorialidade seria “o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e alteridade, com ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 2010, p. 14), ou, numa variação desta definição, territorialidade seria “[...] o conjunto de relações que as sociedades e, conseqüentemente, os humanos que lhes pertencem, mantêm com a assistência de mediadores, com o ambiente físico e humano para a satisfação de suas necessidades, com o objetivo de alcançar a maior autonomia possível, permitida pelos recursos do sistema” (RAFFESTIN, 2012, p. 130).

inoperantes e indecidíveis, nos quais a territorialidade se torna ação contínua de *territorialização aberta*. A territorialidade está sempre em aberto, como experiência e processo múltiplo e complexo, contraditório e ambíguo, do mesmo modo que Massey (2012) se refere ao espaço<sup>11</sup>.

O mesmo processo de abertura constitui a territorialidade enquanto uma *tentativa* de estabelecer um território, e/ou uma vinculação i-material com um território, que pode ser múltiplo e/ou des-contínuo. A territorialidade é um processo histórico, con-textual, situado e escalar de construção de territórios, de apropriação, simbólica e material, parcial e provisória, instituinte e instituída de lugares, recursos, atributos e trunfos territoriais; um processo de apropriação e/ou dominação e controle estratégico de fluxos, fenômenos, ações, lugares, pessoas, produtos, recursos, conhecimentos, imagens e movimentos. A territorialidade é um jogo espacial, cujas regras e lógicas são relativamente determinadas dentro de um campo de significados partilhados, campo de relações de forças geográficas.

Por isso, buscamos empreender *uma leitura* (para enfatizar que existem e são possíveis outras) da territorialidade enquanto um processo, uma experiência e expressão espacial, sócio-espacial, geohistórico e geocultural de constituição de tramas de *diferença espacial*. Ingressamos pelas vias de circulação, de intercâmbios, das redes, dos fluxos pelos quais as territorialidades não deixam de ser tecidas e destecidas, tramadas e retramadas, na i-materialidade e des-continuidade das múltiplas e heterárquicas escalas de poder, saber e ser.

Como experiência socioespacial a territorialidade nos lança um *apelo*<sup>12</sup>, como o apelo da Terra de que fala Dardel (2011, p. 2)<sup>13</sup>, a interpelação das relações de poder que constituem as espacialidades dos diferentes sujeitos em seus múltiplos contextos, conteúdos e expressões. Pensar a territorialidade enquanto experiência, expressão e processo significa levar em conta sua *radicalidade histórica e relacional*, ou seja, a heterogeneidade geohistórica-estrutural das relações socioespaciais heterárquicas.

11 “Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar e interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas” (MASSEY, 2012, p. 32).

12 Também usamos o termo *apelo* no sentido da interpelação de que fala Heidegger (2009).

13 “O conhecimento geográfico tem por objeto esclarecer esses signos, isso que a Terra revela ao homem sobre a sua condição humana e seu destino. Não se trata, inicialmente, de um atlas aberto diante dos olhos, é um apelo que vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder, uma presença” (DARDEL, 2011, p. 2).

A territorialidade não é uma simples estratégia empreendida por um sujeito (individual ou coletivo) racional e consciente, seguro de seus objetivos, interesses e necessidades, de posse de um dado conhecimento, detentor de determinados recursos, numa posição privilegiada que lhe permite estabelecer limites e controle a partir de intencionalidades claras e definidas. A territorialidade é um processo denso, tenso, espesso, opaco, em que as relações de poder se projetam e incorporam ao espaço, entendendo-se que não há espaço sem poder, nem poder sem resistência, portanto, *a territorialidade também é resistência histórica, social e cultural* – e não apenas instrumento ou meio de dominação e controle. A territorialidade é um processo de *diferenciação e identificação geográfica*, histórica, social e cultural de sujeitos que se constituem territorialmente no processo/experiência socioespacial conflitiva e cooperativa.

A territorialidade é também um *processo estético*, poético, ou seja, *expressivo*, envolve uma poética e uma política existencial. Os grupos sociais se *expressam e se tornam expressivos* histórica e geograficamente por meio do espaço, da construção de territórios; espaços que são expressão de lutas, disputas, negociações, resistências e hegemonias; mas também de delírios, sonhos, ideais, de significações imaginárias e identitárias. Esse *tornar expressivo* determinados espaços e expressar-se pelo/através do espaço *apropriado* constitui a produção da territorialidade enquanto um processo/experiência, ao mesmo tempo, de *produção, significação e governo diferencial do espaço*. Os significados produzidos e inscritos nas territorialidades expressam um desejo/projeto artístico/estético na maneira como o poder/saber *marca* o espaço – e não apenas o divide e fragmenta.

Poderíamos ainda afirmar que a territorialidade é um processo e ao mesmo tempo uma *experiência geográfica* relacionada a um *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006). Um processo geohistórico e multiescalar, espaço-tempos conjugados em ritmos, escalas e estilos definidos por sujeitos sociais, por isso, uma experiência socioespacial. Há diferentes experiências geográficas. O que chamamos de processo, num dado sentido, perspectiva e escala, noutra, torna-se, apresenta-se e é vivido como uma experiência, se traduz em experiências geográficas, que constituem em sua multiplicidade e diferença a territorialidade dos sujeitos sociais. A territorialidade é, ao mesmo tempo, processo, experiência e expectativa ou projeto existencial e/ou político. Nesse sentido, quando o processo se traduz em experiência geográfica a territorialidade se traduz em *acontecimento-apropriação* (HEIDDEGER, 2009), numa constelação específica de acontecimentos que constituem as experiências geográficas dos sujeitos. Tal como falamos em *acontecimento histórico*, a territorialidade nos permite falar em *acontecimento*

geográfico. Para muitas pessoas, a territorialidade é o que geograficamente lhes acontece.

Em relação ao sujeito, a territorialidade pode ser também compreendida como um recolhimento<sup>14</sup>. A territorialidade recolhe o sujeito, quando este não pode ser separado desta. A territorialidade é hospitalidade. Este recolhimento, que é a territorialidade, a torna uma experiência geográfica vinculante, que vincula o sujeito ao espaço (o pertencer, o nexos, o enlace identitário), um espaço vincado pelo sujeito que o marca com sua presença/ausência, ainda que em condições precárias. A territorialidade constitui um apelo porque fala dessa experiência, de residir o sujeito no acontecimento-apropriação<sup>15</sup> que constitui a territorialidade.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Uso dos corpos* (Homo Sacer IV, 2). São Paulo, Boitempo, 2017.
- AGNEW, John; OSLENDER, Ulrich. Territorialidades superpuestas, soberanía em disputa: lecciones empíricas desde América Latina. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.13: 191-213, julio-diciembre 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. *Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.1/Maio 2004, p.9-32.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ Santiago e GROSGOQUEL Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.
- DARDEL, Éric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O que é filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DERRIDA, J. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DUSSEL, Henrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- DUQUE-ESTRADA, P. C. Jacques Derrida. Primeiros passos: da linguagem à escritura. In: *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*, São Paulo, v. 12, p. 49 - 57, agosto de 2008.
- ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: FREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GROSGOQUEL, R.; MIGNOLO, W. D. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: *Tabula Rasa*, No.9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade - um debate. In: *Geographia*. Ano IX, n 17. pp. 19-45. Rio de Janeiro, junho de 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

14 *Recolhimento* no sentido empregado do Heidegger (2009, p. 22).

15 É uma possível tradução do termo alemão *Ereignis* usado por Heidegger (2009, p. 48).

- \_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *Marcas do caminho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008, p. 71-114.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- MIGNOLO, W. D. *Desobediencia Epistémica: retórica da modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política).
- \_\_\_\_\_. Desobediência Epistémica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Histórias Locais /Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistencia". *Scripta Nova*, Barcelona, Vol. VI, núm. 115, 1 de junio de 2002.
- PEREIRA, E. A. D. *As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no Exercício Espacial do poder e, Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense*. 425 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói, RJ, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, Niterói/RJ, Ano VIII – N° 16, p.41-55, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 4 Ano, 17, nº 37, 2002.
- RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). *Teoria e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. Space, territory, and territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space* 2012, volume 30, p. 121-141.
- \_\_\_\_\_. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROQUE, Tatiana. Como a matemática poder servir para pensar o estatuto da resistência, mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência? In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (Orgs.). *O trabalho da multidão: Império e Resistência*. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002.
- SACK, Robert. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, Marcos Aurelio. *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (Orgs.). *Territórios e territorialidades: processos e conflitos*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SOUZA, M. L. D. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (Orgs.). *Territórios e territorialidades: processos e conflitos*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- \_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

## Sobre o autor

*Edir Augusto Dias Pereira*: graduado em geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestrado e doutorado também em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professor adjunto da UFPA, atuando nas áreas de pesquisa de territorialidade, educação no campo, resistência e ribeirinhidade.

\* \* \*

### ABSTRACT

#### **Territoriality and resistance: subscription of a concept**

The concept of territoriality in geography has shown some fluctuations and drifts. In general, it is a concept subscribed to by the concept of territory and in its ballast it has acquired a certain expressiveness. The purpose of this theoretical essay is to present some minimally intensive spatial descriptors of the concept's inoperability. From references of geographic theory and other readings, we highlight the spatial exercise of power, the socio-spatial identity / difference, the multiplicity of geographical scales, conflicts, movement / i-mobility, i-materiality, dis-continuity and resistance / r-existence as fundamental components of the concept of territoriality in a relational perspective. We focus mainly on resistance / r-existence as an analytical catalyst for territoriality, inseparable from the spatial exercise of coloniality of power, in its multiplicity of expressions and resonances in the modern-colonial world.

**KEYWORDS:** Territoriality, Territory, Resistance, R-Existence Coloniality.

### RESUMEN

#### **La territorialidad y la resistencia: suscripción de uno concepto**

El concepto de territorialidad en geografía ha presentado algunas fluctuaciones y derivaciones. En general es un concepto suscrito por el concepto de territorio y en sus lastre ha adquirido cierta expresividad. El objetivo de este ensayo teórico es presentar algunos descriptores espaciales mínimos intensivos de la inoperosidad del concepto. A partir de referenciales de la teoría geográfica y de otras lecturas destacamos el ejercicio espacial del poder, la identidad / diferencia socioespacial, la escala geográfica, los conflictos, el movimiento / i-movilidad, la i-materialidad, la des-continuidad y la resistencia / r-existencia como componentes fundamentales del concepto de la territorialidad en una perspectiva relacional. Demos énfasis principalmente en la resistencia / r-existencia como catalizador analítico, inseparable del ejercicio espacial de la colonialidad del poder, de la territorialidad en su multiplicidad de expresiones y resonancias en el mundo moderno-colonial.

**PALABRAS CLAVE:** Territorialidad, Territorio, Resistencia, R-Existencia, Colonialidad.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>